

3ª Série do Ensino Médio

Geografia

Professor João Felipe

A REVOLUÇÃO URBANA BRASILEIRA

Depois de uma urbanização explosiva, que concentrou população nas grandes metrópoles — principalmente do Sudeste — ao longo dos anos 70 e 80, o Brasil está passando por mudanças na distribuição de sua população.

A marca desta década é a interiorização do crescimento e a formação de novas aglomerações urbanas. Essas são algumas das principais conclusões do mais aprofundado estudo sobre o tema realizado no país nos últimos anos e que está em fase de conclusão.

“Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil” é coordenado pelo Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), com apoio do IBGE e da Unicamp, além de outras instituições, como o Seade (Serviço Estadual de Análise de Dados de São Paulo).

Em meio século, o Brasil sofreu um dos mais rápidos processos de urbanização do mundo: de 46% em 1940, as cidades passaram a abrigar 75% da população brasileira em 1991.

A industrialização tornou os centros urbanos responsáveis por 90% de tudo o que é produzido no país. Esse processo levou a uma concentração de pessoas em grandes metrópoles, como São Paulo e Rio de Janeiro, respectivamente, 3ª e 15ª maiores cidades do mundo.

Nos anos 90, a urbanização brasileira continua forte: já atingiu 80% da população e deve chegar a 88% em 2025 — segundo projeções nas Nações Unidas. Mas adquiriu novas características.

A tendência atual e que deve se manter no futuro é a interiorização do crescimento populacional. Em lugar de se concentrar nas metrópoles tradicionais, há um aumento mais acelerado de população nas antigas periferias nacionais.

A interiorização se traduz no “espraçamento” do fenômeno de formação de metrópoles. São os casos, por exemplo, de Goiânia e Campinas (SP). Ou em aglomerações urbanas não metropolitanas, como Cabo Frio (RJ) e Itajaí (SC) — todas com taxas de crescimento superiores à média do país.

CIDADES MÉDIAS

Reflexo disso, as cidades médias, entre 100 mil e 500 mil habitantes, foram as que registraram o maior crescimento absoluto nos anos 90. Juntas, passaram a abrigar 36,7 milhões de brasileiros em 1996, contra 31,9 milhões em 1991.

Ao mesmo tempo, segundo o estudo coordenado pelo Ipea, “em praticamente todas as regiões brasileiras, as pequenas cidades apresentam saldos migratórios negativos”. Ou seja, vêm expulsando mais gente do que recebendo.

Protagonistas do processo de urbanização até a década passada, as regiões metropolitanas vêm apresentando crescimento relativamente baixo nos anos 90: 7,8% em média entre 1991 e 1996.

Uma explicação levantada pelo estudo está ligada à terceirização da economia das metrópoles. Ela provocou uma queda no padrão de renda e redução dos postos de trabalho assalariados. Em outras palavras: piora na qualidade das relações trabalhistas.

Sem perspectiva de proporcionar uma ascensão social, essas cidades perderam seu poder de atrair levas de migrantes.

“O bloqueio à mobilidade, representado pela redução do crescimento econômico”, diz o estudo, “pode ter incentivado uma menor migração em direção às principais metrópoles, como deve também ter favorecido a migração de retorno (às regiões de origem dos migrantes)”.

Seguindo uma tendência mundial, os moradores que permaneceram nas regiões metropolitanas passaram também por um processo de centrifugação: pressionados pelo encarecimento do custo de vida, foram empurrados da cidade central para o seu entorno.

O núcleo metropolitano cresceu, em média, 3,1% e a população das cidades periféricas aumentou 14,7% em cinco anos.

Na Grande São Paulo, por exemplo, a capital paulista registrou um crescimento de apenas 2% entre 1991 e 1996. Mas a população da vizinha Guarulhos cresceu 23,4% no mesmo período.

NOVAS AGLOMERAÇÕES

Além de propor uma nova classificação da rede urbana (*leia texto na página a seguir*), o estudo identificou um intenso processo de formação de aglomerações urbanas no país. Elas já chegam a 49% e concentram 45% dos brasileiros (73 milhões de habitantes).

As aglomerações são caracterizadas pela concentração de pessoas e atividades econômicas em uma mesma área. São cidades cujas malhas urbanas podem ou não ser interligadas fisicamente (conurbadas). O essencial de uma aglomeração urbana é a grande mobilidade de seus moradores e o intenso fluxo de bens e serviços entre as cidades que a formam.

Num dos casos mais comuns, as pessoas moram em uma cidade, mas se deslocam para trabalhar, fazer compras ou ir à escola no município vizinho.

A tendência de multiplicação das aglomerações implica mudanças também na gestão urbana, afirma Diana Motta (Ipea), coordenadora do “Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil”.

Para lidar com problemas que dizem respeito a vários municípios (lixo, captação de água, segurança e transporte, por exemplo), ela defende a formação de consórcios entre as prefeituras.

Todas essas transformações mudaram também os conceitos tradicionais de urbano e rural. Apesar de ainda haver êxodo do campo, entre 1992 e 1997 — segundo o Projeto Urbano (coordenado pela Unicamp) —, a população rural brasileira com 10 anos ou mais de idade cresceu em 530 mil pessoas.

Além do crescimento das ocupações não agrícolas no meio rural, um dos fatores determinantes desse fenômeno foi o crescimento da mobilidade: muitas pessoas continuam morando na área rural, mas trabalham nas cidades (e vice-versa). Ou seja, os conceitos tradicionais de população urbana e rural são insuficientes para explicar as novas relações entre o campo e a cidade.

(José Roberto de Toledo)

AS MEGACIDADES

(da reportagem local)

Principais centros urbanos irradiam progresso tecnológico, concentram os mercados financeiros e as sedes de 37 mil empresas transnacionais

Ao lado da revolução urbana, a internacionalização da economia vem consolidando nas últimas décadas o que vários sociólogos e urbanistas convencionaram chamar de cidades globais — os vetores mais importantes da globalização.

Elas formam uma rede urbana por onde transita a maior parte do US\$ 1,4 trilhão que alimenta os mercados financeiros internacionais a cada ano. Mas essa teia vai além: irradia os progressos tecnológicos, dissemina serviços especializados para a indústria e concentra as estruturas de comando das 37 mil empresas transnacionais (cujas vendas superam o total de exportações e importações mundiais).

“É por meio da rede de cidades globais que a economia global é administrada, coordenada, planejada e servida”, resume Saskia Sassen, em entrevista à *Folha*. Em outras palavras, é de onde emana o poder econômico. Professora de Sociologia da Universidade de Chicago, ela é autora de vários livros sobre o tema (como *As Cidades na Economia Mundial* e *Globalization and its Discontents*).

No topo dessa hierarquia estão as principais metrópoles do Primeiro Mundo, como Londres, Nova York e Tóquio. Mas a rede se estende também pela periferia: Cingapura, Cidade do México e São Paulo.

FLUXO FINANCEIRO

“Algumas dessas cidades preenchem o que seria mais bem descrito como funções de portal: elas administram o fluxo (de dinheiro, serviços e pessoas) de entrada e saída do país”, escreve Sassen.

A lista de cidades globais varia em extensão e conteúdo, dependendo do autor: das 31 listadas pelo trabalho pioneiro do norte-americano John Friedmann até as 55 encontradas em estudo mais recente do Grupo de Pesquisa em Globalização e Cidades Mundiais (GaWC) da Universidade de Loughborough (Inglaterra).

Em comum, essas redes apresentam uma enorme desproporção em sua distribuição geográfica. Na lista de Friedmann, 25 das 31 cidades globais (80%) estão nos países desenvolvidos (que detêm apenas 20% da população mundial).

Na listagem da Universidade de Loughborough, o percentual cai para 60%, mas desconsideradas as últimas 35, chamadas de “cidades mundiais menores”, a proporção sobe para 70%: 14 em 20 cidades globais estão no Primeiro Mundo.

Essa disparidade reflete, de um lado, os efeitos desiguais da globalização pelos continentes; de outro, o crescimento mais acelerado da população dos países menos desenvolvidos: 2% ao ano, contra 0,3% nos países desenvolvidos.

Esses dois movimentos opostos provocam uma contradição: as cidades que mais crescem no mundo e que estarão entre as maiores metrópoles do século 21 não são necessariamente cidades globais.

São os casos de Lagos (Nigéria), Dacca (Bangladesh) e Karachi (Paquistão). Em 2015, segundo a ONU, essas metrópoles serão, respectivamente, a terceira, a quinta e a sexta maiores do mundo.

Com populações superiores a 10 milhões de habitantes, são consideradas megacidades pelas Nações Unidas. Mas estão longe de concentrar o poder que caracteriza as cidades globais. Ao contrário, concentram pobreza e problemas.

A renda *per capita* em Lagos, segundo levantamento do hábitat (ONU), era de apenas US\$ 68 por ano em 93. Em Nova York, uma das três principais cidades globais e também uma megacidade, ela é 183 vezes maior: US\$12.420.

Pobreza implica menos recolhimento de impostos: as receitas da administração municipal correspondem a meros US\$ 2,60 por habitante/ano na cidade nigeriana, contra US\$ 5.829 na maior cidade dos EUA. E isso se reflete na infra-estrutura básica: só 2% das moradias de Lagos têm acesso a rede de esgoto, enquanto a coleta atinge 98,6% das casas nova-iorquinas.

Essas desigualdades só tendem a aumentar no futuro. Com uma taxa de crescimento populacional de 4,5% ao ano, Lagos saltará de cerca de 10,9 milhões de habitantes para 24,6 milhões em 2015, suplantando Nova York, que terá 17,6 milhões de moradores. Esses não são casos isolados, mas uma tendência.

DESIGUALDADE

Em maior ou menor grau, discrepâncias similares em relação às cidades globais do Primeiro Mundo podem ser encontradas em outras megacidades do futuro, como Nova Delhi (Índia), Shanghai (China) e Cairo (Egito). “Não tenho dúvida de que as cidades globais provocam desigualdade no plano internacional”, diz o canadense Ted Hewitt, diretor-adjunto da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade de Western Ontario.

“Na América Latina, isso já está acontecendo. Para as multinacionais, é fora de questão manter uma presença em todos os países da região. É mais fácil estar em uma grande cidade e servir o mercado latino-americano de lá. Cidades como São Paulo e Santiago (Chile), onde os serviços são melhores, vão ganhar, e outras vão perder”, diz.

Sassen escreve algo semelhante em *As Cidades na Economia Mundial*: “Existem cidades, como Paris ou Londres, que pertencem a uma hierarquia urbana nacional e a um sistema em nível global. Por outro lado, cidades situadas fora dessas hierarquias tendem a se tornar periféricas ou ainda mais periféricas do que têm sido até então.”

O tamanho tem pouco a ver com o desenvolvimento. Com menos de 1 milhão de habitantes, Zurique (Suíça) é uma cidade global, enquanto Lagos, com uma população 10 vezes maior, não é.

A mesma lógica de exclusão, entretanto, se aplica ao interior das próprias cidades globais.

Sassen explica que a atual economia pós-industrial precisa de mão-de-obra extremamente qualificada e bem remunerada para executar serviços financeiros, legais ou de consultoria. Ao mesmo tempo, cresce a demanda por trabalhadores pouco qualificados para exercerem serviços de limpeza e segurança, por exemplo. São a maioria e tendem a ser expulsos, pela elevação do custo de vida, para a periferia e áreas deterioradas das mesmas cidades globais.

Exemplo disso é que a renda dos 20% nova-iorquinos da base da pirâmide social da cidade é 15 vezes menor do que a dos que estão entre os 20% mais ricos.

“Não há dúvida de que a globalização aumenta os níveis de iniquidade entre lugares e dentro das cidades, entre aqueles que se beneficiam das novas formas de concentração de atividades estratégicas e aqueles que trabalham nos setores tradicionais”, afirma Sassen.

“Além disso”, diz, “a globalização está deixando pessoas excluídas de uma maneira como não acontecia 20 anos atrás. Sempre houve pobres, mas o nível de exclusão de qualquer possibilidade de sobrevivência alcançou uma dimensão totalmente nova. Precisamos que governo e sociedade civil trabalhem para reduzir os efeitos dos poderosos mercados globais”.

(José Roberto de Toledo – *Folha de São Paulo* – Ano 2000 – *Caderno Especial*)

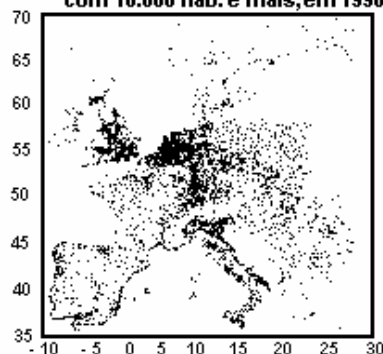
01 “À medida que avança a globalização da economia internacional, as metrópoles que comandam os espaços econômicos maiores tendem a constituir uma categoria por si mesmas, configurando um novo tipo de cidade: as cidades globais.”

(E. N. Alva, *Metrópoles (In)sustentáveis*, 1977)

(A) Cite dois exemplos de cidades globais e justifique a escolha de cada uma delas.

(B) Quais são as características que distinguem as modernas cidades globais das antigas metrópoles industriais?

02 Europa: Distribuição das aglomerações urbanas com 10.000 Hab. e mais, em 1990



(Moriconi-Ebrand, François. Paris, Economia, 1993.)

Observações:

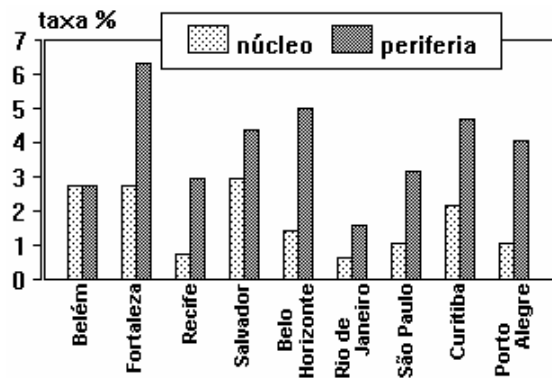
- os limites físicos e políticos, propositadamente, não foram representados;
- a parte europeia da extinta URSS não foi considerada.

Percebe-se nitidamente, na leitura do mapa, a existência de diferentes padrões espaciais quanto à distribuição das aglomerações urbanas na Europa. A Europa Ocidental expõe um padrão de distribuição bastante heterogêneo, ao contrário do chamado Leste Europeu.

(A) Com base no mapa, estabeleça a relação existente entre o padrão espacial de urbanização verificado no Leste Europeu e o modelo socioeconômico que ali vigorou majoritariamente até o final dos anos 80.

(B) Comparando duas áreas, a Península Ibérica e a Grã-Bretanha, aponte aquela que apresenta maior densidade de urbanização e indique uma causa de ordem econômica para a diferença apontada.

03 Observe o gráfico que mostra a taxa média de crescimento geométrico anual no núcleo e na periferia das regiões metropolitanas brasileiras 1980 – 1991 e responda às questões:



(Fonte: IBGE - "Censos Demográficos")

(A) Que fenômeno está expresso nesse gráfico?

(B) Que fatores podem explicar essa situação?

04 "Durante muito tempo e à luz de teorias espaciais consagradas, as grandes cidades eram consideradas os lugares do crescimento, ao passo que o resto do país teria dificuldade para decolar.

Hoje, porém, apreciando a evolução de numerosos indicadores econômicos e sociais, propomos a idéia segundo a qual a situação atual dessas grandes cidades pode ser legitimamente adjetivada como 'involução metropolitana'."

(SANTOS, Milton. "Por uma economia política da cidade de São Paulo". São Paulo: Ed. Hucitec, 1994)

Brasil - População urbana residente em cidades com mais de 2 milhões de habitantes.

Ano	%
1950	32,07
1960	27,57
1970	25,41
1980	21,75
1991	17,04

Explique a redução percentual da população urbana residente em cidades com mais de 2 milhões de habitantes, no período 1950/1991.

05 A rede urbana é o conjunto de cidades de um país que mantêm uma série de relações entre si, definindo, de acordo com a função exercida pela cidade, as de primeira, segunda ou terceira grandeza, ou seja, as grandes, médias e pequenas cidades.

Explique por que nos países periféricos as redes urbanas têm características distintas das encontradas nos países centrais, sendo definidas por alguns autores como redes incompletas.

06 "(...) surgindo como surgiram da noite para o dia, ao acaso das conveniências ou oportunidades da especulação, não são (os bairros), em regra, contínuos, sucedendo-se ininterruptamente, como seria uma cidade planejada: espalham-se por aí à toa, fazendo de São Paulo, nesses setores afastados do centro, uma sucessão de áreas urbanizadas, com interrupção de outras completamente ao abandono, onde, muitas vezes, nem ao menos uma rua ou caminho transitável permite o acesso direto."

(PRADO JÚNIOR, Caio. "Contribuição para a geografia urbana da cidade de São Paulo." São Paulo: Brasiliense, 1953.)

Em 1985, na cidade de São Paulo, cerca de 45% da área disponível para a edificação ainda permanece retida com fins especulativos, mostrando que a descontinuidade da ocupação no processo de expansão urbana é uma das estratégias da especulação imobiliária.

(A) Explique o principal objetivo dessa estratégia.

(B) Identifique um custo social resultante.